

CONCURSO PÚBLICO

030. PROVA OBJETIVA

PEDAGOGO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 3 horas do tempo de duração da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato

RG

Inscrição

Prédio

Sala

Carteira

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **09**.

Descanso ensurdecedor

Uma explicação evolucionista para a qualidade contagiosa dos bocejos reza que eles servem para sincronizar o ciclo de sono e vigília em grupos humanos, desde o tempo das cavernas. Numa cidade de 12 milhões de habitantes, há muito isso se tornou impossível.

Nessa megamultidão sempre haverá notívagos e madrugadores, os que podem dispor da noite para divertir-se e os que precisam padecer horas a fio em meios de transporte para chegar ao trabalho.

Sem chance de coordenar suas atividades, resta torná-las compatíveis por meio de regras de convivência, e compete ao poder público garantir seu cumprimento.

Dormir bem, afinal, constitui direito do cidadão. O sono é imprescindível para recuperar o corpo de fadigas e até para a mente fixar coisas aprendidas durante o dia, mas quem consegue adormecer e descansar na metrópole barulhenta?

Poucos saberão, mas vigora em território paulistano uma norma que estipula o máximo de 60-65 decibéis de ruído no período diurno e 50-55 no noturno, a depender da classificação urbana da área.

O limiar legal para a madrugada fica pouco acima do volume recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), 40 decibéis, o equivalente a uma conversa em voz baixa.

A iniciativa Mapa do Ruído, por exemplo, já mediu 92 decibéis em ruas do Brás. O município conta com um serviço de denúncias e reclamações da prefeitura, pelo telefone 156, mas as 440 multas aplicadas neste ano pelo programa Psiu não parecem surtir muito efeito.

Considere-se o bairro de Santa Cecília, primeiro no *ranking* das queixas. Só em 2019 acumularam-se 595 reclamações. As próximas vítimas do descaso ensurdecedor são os moradores de Pinheiros, que fizeram 511 denúncias neste ano.

A gastronomia e a vida noturna de São Paulo constituem um patrimônio cultural da metrópole, não se discute. Há que fiscalizar e punir com mais rigor, no entanto, quem as utiliza como alibi para perturbar o sono alheio.

(Editorial. *Folha de S.Paulo*, 27.11.2019. Adaptado)

01. O texto se propõe a discutir

- (A) o processo de evolução da espécie humana, especificamente no que diz respeito à sincronização do ciclo de sono e os momentos de vigília.
- (B) a impossibilidade de harmonizar interesses de diferentes grupos sociais, do que decorre uma série de conflitos a serem mediados judicialmente.
- (C) os impactos da vida social noturna para o descanso dos cidadãos que moram, sobretudo, em grandes cidades como São Paulo.
- (D) as mudanças comportamentais nos grandes centros urbanos que, apesar de realçarem diferenças entre grupos, não trazem risco à saúde humana.
- (E) o papel da prefeitura na organização da vida urbana, que evita coibir excessos de barulhos para garantir o descanso a quem não quer aproveitar a vida noturna.

02. A pergunta presente no 4º parágrafo tem a função de

- (A) sugerir que São Paulo é uma cidade onde se pode dormir e descansar bem.
- (B) contestar a ideia de que as pessoas não dormem nem descansam na cidade de São Paulo.
- (C) enfatizar que é difícil dormir e descansar na cidade de São Paulo.
- (D) mostrar que dormir mal e deixar de descansar não é um problema específico da cidade de São Paulo.
- (E) mostrar que as pessoas na cidade de São Paulo não se preocupam com o sono e o descanso.

03. Considere os trechos:

- Uma explicação evolucionista para a qualidade contagiosa dos bocejos **reza** que eles servem para... (1º parágrafo)
- O sono é **imprescindível** para recuperar o corpo de fadigas... (4º parágrafo)
- O **limiar** legal para a madrugada fica pouco acima do volume recomendado pela Organização Mundial da Saúde... (6º parágrafo)

Os termos destacados significam, correta e respectivamente:

- (A) fala; indispensável; limite.
- (B) orienta; importante; base.
- (C) celebra; fundamental; intensidade.
- (D) mostra; inevitável; estrato.
- (E) sugere; obrigatório; uso.

04. Em conformidade com os sentidos do texto e com a norma-padrão, o último parágrafo pode ser finalizado com a frase:

- (A) À prefeitura cabe infligir dor do bolso naqueles que gostam de arruaça.
- (B) A prefeitura cabe infligir à dor no bolso daqueles que gosta de arruaça.
- (C) À prefeitura cabe infligir dor no bolso à quem gosta de arruaça.
- (D) A prefeitura cabe infligir a dor no bolso aqueles que gostam de arruaça.
- (E) À prefeitura cabe infligir dor ao bolso de quem gosta de arruaça.

05. Considere as reescritas do texto:

- Numa cidade de 12 milhões de habitantes, os cidadãos estão suscetíveis _____ barulhos em excesso.
- Poucos sabem _____ vigora em território paulistano uma norma que estipula...
- Não se discute _____ a gastronomia e a vida noturna de São Paulo...

Em conformidade com a norma-padrão, as lacunas devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- (A) em ... que ... de que
- (B) a ... que ... que
- (C) de ... de que ... de que
- (D) para ... de que ... que
- (E) com ... que ... que

06. Assinale a alternativa que atende à norma-padrão de concordância.

- (A) Desde o tempo das cavernas, o ciclo do sono e vigília nos grupos humanos são sincronizado pelos bocejos.
- (B) Numa cidade de 12 milhões de habitantes, sempre existirá notívagos e madrugadores nessa megamultidão.
- (C) A recuperação das fadigas e a fixação de coisas aprendidas durante o dia conta com o sono para se efetivar.
- (D) A fiscalização e a punição com mais rigor são necessárias, quando há intenção de perturbar o sono alheio.
- (E) Estipulou-se valores máximos para o período diurno e para o período noturno, em território paulistano.

07. Na passagem – Há que se fiscalizar e punir com mais rigor, **no entanto**, quem as utiliza como álibi para perturbar o sono alheio. –, a expressão destacada estabelece uma relação de adversidade, opondo a ideia de

- (A) fiscalizar e punir à de perturbar o sono alheio.
- (B) perturbar o sono alheio à de desfrutar o patrimônio cultural.
- (C) desfrutar o patrimônio cultural à de não se discutir o patrimônio cultural.
- (D) não se discutir o patrimônio cultural à de fiscalizar e punir.
- (E) perturbar o sono alheio à de constituir um patrimônio cultural.

08. Assinale a alternativa que atende à norma-padrão de regência e de emprego de pronome relativo.

- (A) Vigora em São Paulo uma norma na qual se determina o máximo de 60-65 decibéis de ruído no período diurno e 50-55 no noturno.
- (B) Vigora em São Paulo uma norma à qual se impõe o máximo de 60-65 decibéis de ruído no período diurno e 50-55 no noturno.
- (C) Vigora em São Paulo uma norma que se estabelece o máximo de 60-65 decibéis de ruído no período diurno e 50-55 no noturno.
- (D) Vigora em São Paulo uma norma aonde se prescreve o máximo de 60-65 decibéis de ruído no período diurno e 50-55 no noturno.
- (E) Vigora em São Paulo uma norma em cuja se firma o máximo de 60-65 decibéis de ruído no período diurno e 50-55 no noturno.

09. Assinale a alternativa em que a pontuação está em conformidade com a norma-padrão.

- (A) As metrópoles convivem com esta contradição: de um lado pessoas que querem descansar; de outro quem quer se divertir.
- (B) Uma conversa que alcance cerca de 60 decibéis fica acima, do recomendado pela norma paulistana para o período noturno.
- (C) Os notívagos dispõem da noite para a diversão na cidade e os madrugadores, precisam padecer horas a fio nos transportes.
- (D) Santa Cecília é o primeiro bairro no *ranking* de queixas, com 595 reclamações; Pinheiros, por sua vez, recebeu 511.
- (E) Há pessoas, que utilizam a gastronomia e a vida noturna de São Paulo como álibi para perturbar o sono alheio.

10. Leia a tira.



(Mort Walker, "Recruta Zero".

Em: <https://cultura.estadao.com.br/quadrinhos>)

A fala do personagem no último quadrinho

- (A) desqualifica o que ele disse.
- (B) ratifica a hipótese da moça.
- (C) é uma advertência à moça.
- (D) sugere que ele ouve bem.
- (E) revela descaso com a fala da moça.

Leia o texto para responder às questões de números 11 a 15.

Pensamentos, como cabelos, também acordam despenteados. Naquela faixa-zumbi que vai em *slow motion*, desde sair da cama, abrir janelas, avaliar o tempo e calçar chinelos até o primeiro jato da torneira – feito fios fora de lugar, emaranham-se, encrespam-se, tomam direções inesperadas. Com água, pão, pente, você disciplina cabelos. E pensamentos? Que nem são exatamente pensamentos, mas memórias, farraços de sonho, um rosto, premonições, fantasias, um nome. E às vezes também não há água, mão, nem pente, gel ou xampu capazes de domá-los. Acumulando-se cotidianas, as brutalidades nossas de cada dia fazem pouco a pouco alguns recuar – acuados, rejeitados – para as remotas regiões de onde chegaram. Outros, como cabelos rebeldes, renegam-se a voltar ao lugar que (com que direito) determinamos para eles. Feito certas crianças, não se deixam engambelar assim por doce ou figurinha.

Pensamentos matinais, desgrehados, são frágeis como cabelos finos demais que começam a cair. Você passa a mão, e ele já não está ali – o fio. No travesseiro sempre restam alguns, melhor não olhar para trás: vira-se estátua de cinza. Compacta, mas cinza. Basta um sopro. Pensamentos matinais, cuidado, são alterados feito um organismo mudando de fuso horário. Não deveria estar ali naquela hora, mas está. Não deveria sentir fome às três da tarde, mas sente. Não deveria sentir sono ao meio-dia, mas. Pensamentos matinais são um abrupto *mas* com ponto-final a seguir. Perigosíssimos. A tal ponto que há o risco de não continuar depois do que deveria ser curva amena, mas tornou-se abismo.

(Caio Fernando Abreu, "Lição para pentear cabelos matinais".
Pequenas epifanias, 2014. Adaptado)

11. Na crônica, ao abordar o tema na perspectiva dos pensamentos, o autor recorre

- (A) ao paradoxo, enfatizando que eles, ao mesmo tempo bagunçados, enquadram-se na organização cotidiana.
- (B) à hipótese, conjecturando como eles poderiam confundir a pessoa no momento em que ela acorda.
- (C) à comparação, ressaltando que eles, assim como os cabelos, amanhecem naturalmente desorganizados.
- (D) à antítese, mostrando que ora eles são muito imprecisos, ora são objetivos demais logo pela manhã.
- (E) à ironia, sugerindo que é impossível organizar o pensamento de uma pessoa, sobretudo pela manhã.

12. No texto, o autor faz uma advertência ao leitor na passagem:

- (A) Pensamentos, como cabelos, também acordam despenteados.
- (B) Com água, pão, pente, você disciplina cabelos. E pensamentos?
- (C) Feito certas crianças, não se deixam engambelar assim por doce ou figurinha.
- (D) Pensamentos matinais, cuidado, são alterados feito um organismo mudando de fuso horário.
- (E) Não deveria estar ali naquela hora, mas está. Não deveria sentir fome às três da tarde, mas sente.

13. Na passagem – Você passa a mão, e ele já não está ali – o fio. –, o narrador explicita o referente do pronome "ele" para que o leitor não o confunda com

- (A) dia.
- (B) lugar.
- (C) cabelo.
- (D) travesseiro.
- (E) pensamento.

14. Assinale a alternativa que atende à norma-padrão de colocação pronominal.

- (A) Às vezes não há como domar os pensamentos, mas as brutalidades fazem-nos recuar.
- (B) E às vezes também não tem-se água, mão, nem pente, gel ou xampu capazes de domá-los.
- (C) Os pensamentos, tendo emaranhado-se e encrespado-se, tomam direções inesperadas.
- (D) Se renegam alguns pensamentos a voltar ao lugar que determinamos para eles.
- (E) Como disciplinam-se pensamentos, sem água, mão, pente, gel ou xampu capazes de domá-los?

15. Se, além de perigosos, os pensamentos também fossem cruéis e temíveis, no lugar da frase "Perigosíssimos", estaria redigido, em norma-padrão:

- (A) Perigosíssimos, crudelíssimos e temívelíssimos.
- (B) Perigosíssimos, cruelíssimos e temívelíssimos.
- (C) Perigosíssimos, cruelíssimos e temiveilíssimos.
- (D) Perigosíssimos, cruelzíssimos e temibilíssimos.
- (E) Perigosíssimos, crudelíssimos e temibilíssimos.

RACIOCÍNIO LÓGICO

16. Considere a seguinte afirmação:

Se Marcos está prestando esse concurso, então ele é formado no Curso de Serviço Social.

Assinale a alternativa que contém uma afirmação equivalente para a afirmação apresentada.

- (A) Marcos está prestando esse concurso se, e somente se, ele é formado no Curso de Serviço Social.
- (B) Se Marcos é formado no Curso de Serviço Social, então ele está prestando esse concurso.
- (C) Marcos está prestando esse concurso e ele é formado no Curso de Serviço Social.
- (D) Se Marcos não é formado no Curso de Serviço Social, então ele não está prestando esse concurso.
- (E) Marcos não é formado no Curso de Serviço Social e ele está prestando esse concurso.

17. Se fulano é interessado e trabalhador, então ele é bem-sucedido. Se sicrano é desonesto e preguiçoso, então ele não é bem-sucedido. Sabe-se que fulano e sicrano são bem-sucedidos. Logo, é verdade que

- (A) sicrano é honesto e trabalhador.
- (B) fulano é interessado e trabalhador.
- (C) sicrano é honesto ou não é preguiçoso.
- (D) fulano e sicrano são trabalhadores.
- (E) fulano e sicrano são honestos.

18. Em certo instituto, alguns fonoaudiólogos são também pedagogos, e todos os assistentes sociais ou são pedagogos ou são fonoaudiólogos. Ao todo, são 18 profissionais com essas formações, sendo 3 deles apenas fonoaudiólogos, 4 apenas pedagogos e 8 são assistentes sociais. Dessa forma, o número de profissionais que têm duas formações, sendo elas pedagogia e fonoaudiologia, é

- (A) 2.
- (B) 3.
- (C) 4.
- (D) 5.
- (E) 6.

19. Os sete primeiros algarismos de uma senha bancária são 6412521.

Os oito algarismos dessa senha podem ser separados, na ordem em que aparecem, em números de 2 ou 3 algarismos, formando um padrão único e justificado nos oito algarismos. Dessa forma, o último algarismo dessa senha é

- (A) 3.
- (B) 4.
- (C) 5.
- (D) 6.
- (E) 7.

20. Uma correta negação lógica para a afirmação "Rosana é vulnerável ou necessitada, mas não ambos" está contida na alternativa:

- (A) Rosana é vulnerável se, e somente se, ela é necessitada.
- (B) Rosana não é vulnerável se, e somente se, ela é necessitada.
- (C) Rosana é vulnerável e necessitada.
- (D) Rosana não é vulnerável e, tampouco, necessitada.
- (E) Se Rosana não é necessitada, então ela não é vulnerável.

21. O Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIHSUS)

- (A) tem como finalidade registrar todos os atendimentos provenientes de internações hospitalares que foram financiados pelo Sistema Único de Saúde (SUS).
- (B) é a fonte preferencial de informação sobre as características de doenças infecciosas, em particular as que atingem o sistema digestivo.
- (C) tem várias informações sobre os pacientes em regime de internação hospitalar quanto ao diagnóstico, mas não dos procedimentos.
- (D) tem como instrumento a Autorização de Internação Hospitalar (AIH), que é gerada quando uma internação é autorizada, desde que seja em um prestador público.
- (E) permite estimar a taxa de prevalência das doenças mais comuns em uma determinada comunidade.

22. O princípio da integralidade do SUS

- (A) foi instituído pela Constituição Federal de 1988, em desacordo com os preceitos da Reforma Sanitária, que privilegiava a universalidade de acesso a serviços e ações básicas de saúde.
- (B) é incompatível com o princípio da universalidade, considerando que os recursos financeiros são escassos e que a população brasileira vem crescendo continuamente.
- (C) não teve a correspondente fonte de financiamento prevista pela Constituição Federal de 1988.
- (D) materializa-se na implantação das Redes de Atenção à Saúde (RAS), fruto de um acordo tripartite, envolvendo o Ministério da Saúde e as Secretarias Municipais de Saúde.
- (E) tem se mostrado inviável, pois a vocação do SUS é a de proporcionar a atenção básica de saúde, sem adentrar em outras esferas de complexidade de serviços e ações.

23. Dentre os conselheiros de saúde dos serviços do SUS, é obrigatória a participação de representantes do

- (A) poder legislativo.
- (B) poder judiciário.
- (C) governo.
- (D) Ministério Público.
- (E) movimento sindical.

24. Uma usuária de 72 anos de idade sofre um acidente vascular cerebral e passa a depender do cuidado de terceiros para locomover-se. Antes do episódio, era a responsável pela família, composta por um filho e uma filha solteiros, que trabalham fora e só retornam à casa no final da tarde. A equipe de saúde da família conclui que a usuária teria indicação para o atendimento e a internação domiciliar. Assinale a alternativa correta referente a essa modalidade de atendimento do SUS.

- (A) Trata-se de uma modalidade de atendimento que necessita de atenção altamente especializada, com participação de fisiatras, psiquiatras e ortopedistas, no caso apresentado.
- (B) Tendo a indicação médica, o primeiro passo a ser tomado pela equipe de saúde é uma conversa com a usuária e seus filhos para que haja concordância por parte deles.
- (C) Embora essa modalidade de atendimento seja de alta relevância, apresenta como uma limitação significativa a ausência da assistência social.
- (D) O atendimento e a internação domiciliares são realizados por equipes multidisciplinares que atuam apenas nas fases de tratamento e reabilitação.
- (E) A usuária e os seus filhos devem ser comunicados desse benefício e ser alertados para que preparem a casa para receber os profissionais do SUS quantas vezes forem necessárias.

25. Segundo a Lei nº 8.142/90, os recursos do Fundo Nacional de Saúde (FNS) serão alocados

- (A) para cobertura das ações e serviços de saúde a serem implementados pelos municípios, sendo que aos Estados estão previstas outras fontes de financiamento.
- (B) prioritariamente como investimentos decorrentes de emendas parlamentares e aprovadas pelo Congresso Nacional.
- (C) aos Municípios, Estados e Distrito Federal, que poderão utilizá-los para cobrir gastos com ações definidas pelo Ministério da Saúde.
- (D) prioritariamente para investimentos na rede assistencial de ambulatórios e hospitais filantrópicos conveniados pelo SUS.
- (E) como investimentos previstos no Plano Quinquenal do Ministério da Saúde, entre outras formas.

26. A respeito da prestação de serviços por parte da EBSEERH, a Lei Federal nº 12.550/2011 estabelece que

- (A) é permitida, de forma gratuita ou onerosa, em favor da comunidade e às instituições públicas de ensino.
- (B) suas atividades devem estar inseridas integral e exclusivamente no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.
- (C) é permitida, exclusivamente, às instituições públicas federais de ensino.
- (D) não podem ser reembolsados serviços prestados a consumidores e dependentes de planos privados de assistência à saúde.
- (E) é limitada apenas às atividades de apoio ao ensino, pesquisa e formação de pessoas.

27. Uma universidade federal contratou a EBSEERH para a prestação de serviço de apoio ao processo de gestão de seu hospital universitário, nos termos da Lei Federal nº 12.550/2011. Nessa hipótese, se a EBSEERH quiser fazer constar no referido contrato que a universidade cederá servidor de seu quadro efetivo para ela, para exercer atividades relacionadas ao objeto do contrato, é correto afirmar que essa cessão

- (A) não é permitida, uma vez que a Lei veda que servidores da contratada possam trabalhar com a EBSEERH nessa situação.
- (B) não é permitida em razão de o objeto do contrato firmado ser da área administrativa e não da área da saúde.
- (C) somente seria permitida se o servidor fosse ocupante de cargo em comissão, e não de cargo efetivo.
- (D) é permitida por lei e poderá constar do referido contrato, sendo que o servidor cedido terá assegurados os direitos e vantagens que já recebe.
- (E) é permitida por lei e poderá constar do referido contrato, mas o servidor cedido perderá os direitos e vantagens que recebe na universidade.

28. O órgão máximo da EBSEERH, que, segundo o seu estatuto, tem poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao seu objeto, é

- (A) a Diretoria Executiva.
- (B) o Conselho Administrativo.
- (C) o Conselho Deliberativo.
- (D) a Presidência.
- (E) a Assembleia Geral.

29. Segundo o Código de Ética e Conduta da EBSEERH, é correto afirmar que

- (A) são uma forma de demonstração de lealdade à empresa as críticas feitas às claras e pelos canais de comunicação adequados.
- (B) o empregado da empresa não pode discordar, implícita ou expressamente, de práticas ou políticas adotadas pela empresa.
- (C) é vedado ao agente público da empresa manifestar, por si ou por intermédio de terceiros, suas opiniões sobre as atividades da EBSEERH.
- (D) a EBSEERH estimula o convívio social e as festividades culturais e esportivas como forma de encorajar a criatividade e o desenvolvimento de seus empregados.
- (E) o agente público da empresa, ao manifestar publicamente suas opiniões sobre a EBSEERH, não poderá dizer que se trata de sua opinião pessoal.

30. Na hipótese de um cidadão que não tenha qualquer relação pessoal ou vínculo com a EBSEERH pretender fazer uma denúncia de descumprimento de conduta ética, o Código de Ética e Conduta da empresa estabelece que

- (A) poderá fazê-lo diretamente à Diretoria, desde que o faça por meio de formulário fornecido pela empresa para essa finalidade.
- (B) não poderá fazê-lo em razão de ausência de vínculo ou relação pessoal do denunciante com a EBSEERH.
- (C) poderá fazê-lo pelos canais indicados na intranet e internet, sendo assegurados total sigilo e confidencialidade das informações.
- (D) a denúncia deverá ser encaminhada à Comissão de Ética, que, no caso de fatos graves, poderá aplicar a sanção cabível, sem ouvir o denunciado.
- (E) a denúncia deverá ser feita por meio da Ouvidoria, e esta encaminhará o caso à Diretoria, que, por sua vez, deverá instaurar o respectivo processo administrativo.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. “Processo de influência, realizado no âmbito da gestão de pessoas e de processos sociais, no sentido de mobilização de seu talento e esforço, orientado por uma visão clara e abrangente da organização em que se situa e de objetivos que deva realizar, com a perspectiva da melhoria contínua da própria organização, de seus processos e das pessoas envolvidas.”

Este conceito refere-se

- (A) à motivação.
 - (B) à liderança.
 - (C) ao trabalho em equipe.
 - (D) à gestão de pessoas.
 - (E) ao poder.
32. Piaget compreende o desenvolvimento cognitivo como algo que contém uma dinamicidade; a inteligência existe na ação, modifica-se numa sucessão de estágios, que compreendem uma gênese, uma estrutura e a mudança destas. E, em relação às estruturas, em evolução intelectual e cognitiva da criança, de todo o desenvolvimento mental, deve-se considerar, na perspectiva de Piaget, a existência de fatores que colaboram para esse processo; são eles:
- (A) adaptação ao meio físico e social, relacionado com as experiências do indivíduo ao seu redor.
 - (B) estruturas inatas do indivíduo, suas experiências e sensações.
 - (C) maturação biológica que depende do exercício, da experiência adquirida e ainda da vida social.
 - (D) acomodação ao meio ambiente, estruturas herdadas e adquiridas pelas experiências.
 - (E) assimilação e acomodação ao mundo exterior, pessoas, coisas e objetos, novas experiências.
33. Nos trabalhos sobre a qualidade, é possível identificar uma série de eixos semânticos que permitem organizar o conteúdo do conceito de qualidade e aplicá-lo à análise de diferentes realidades da vida social. Entre outras visões frequentes, destaca-se a qualidade vinculada, que se refere
- (A) aos resultados de alto nível e a um clima de trabalho satisfatório para todos aqueles que participam na situação ou no processo avaliado.
 - (B) à identificação com valores-chave formativos, o que esteja comprometido com valores educativos que fazem parte do que a educação pretende oferecer para a sociedade.
 - (C) à dimensão pessoal do processo educativo: satisfação, motivação, sentimento de sucesso, autoestima e nível de expectativas.
 - (D) aos valores, à efetividade, à satisfação dos participantes no processo e dos usuários do mesmo.
 - (E) aos aspectos estruturais da escola, os ambientes, os equipamentos, os recursos físicos, materiais e sociais.

34. Na Gestão do Conhecimento, há o esforço de se transformar o conhecimento tácito em explícito e o de transformar o conhecimento individual em coletivo, havendo o seu compartilhamento entre todos os colaboradores da organização. Trata-se da administração dos ativos intangíveis, através de um processo sistemático de identificação, criação, renovação e aplicação dos conhecimentos que são estratégicos para a organização. Contudo, a Gestão de Conhecimento só tem sentido se

- (A) a capacitação de pessoas for feita por sistemas on-line, utilizando-se das tecnologias existentes.
- (B) o processo de conhecer desembocar no processo de aprender, para criar e aplicar novos conhecimentos.
- (C) a sistematização do conhecimento ocorrer depois de um período de aprendizagem da comunidade.
- (D) o processo de conhecer fortalecer as pessoas na troca de experiências e na construção de novos negócios.
- (E) a troca de experiências ocorrer em comunidades presenciais e existir uma simbiose entre elas.

35. A democratização da educação faz referência a um processo impulsionado pelos sujeitos da educação, que englobam as comunidades interna e externa da escola, para participarem na condução da educação. A democratização da educação é entendida hoje envolvendo três dimensões e três planos de ação. As dimensões fazem referência ao acesso universal; à gestão democrática das escolas e do sistema educativo e à transformação do sentido da educação para a democratização das sociedades. Os planos de ação referem-se

- (A) ao local, ao nacional e ao internacional.
- (B) à escola, aos sindicatos e às secretarias.
- (C) ao conselho de escola e aos conselhos municipal e estadual de educação.
- (D) aos colegiados de pais, à comunidade e aos sindicatos.
- (E) à associação de pais e mestres, ao conselho tutelar e ao conselho de escola.

36. Existem várias correntes filosóficas que analisam e discutem as teorias a respeito do conhecimento. Entre elas, está a que admite que o conhecimento tem origem e evolui, a partir de experiências que o sujeito vai acumulando. Advoga, portanto, que todo conhecimento tem como fundamento a experiência, que vem, primeiro, de uma informação sensorial, transmitida do exterior para o interior do indivíduo. Tal pensamento é defendido pelos

- (A) racionalistas.
- (B) construtivistas.
- (C) internacionalistas.
- (D) ambientalistas.
- (E) empiristas.

37. Avaliar um profissional não é uma tarefa fácil, exige sempre critérios éticos e imparciais. Uma avaliação pode ser feita a partir da apreciação sistemática do desempenho de cada pessoa, em função das atividades que ela desempenha, das metas e dos resultados a serem alcançados, das competências que ela oferece e de seu potencial de desenvolvimento. Uma avaliação desenvolvida dessa forma é denominada de
- (A) avaliação de liderança.
 - (B) autoavaliação.
 - (C) avaliação de desempenho.
 - (D) avaliação por competências.
 - (E) avaliação de equipe.
38. A Internet e as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) estão trazendo novos desafios pedagógicos para as universidades e escolas, e os professores precisam aprender a gerenciar vários espaços e a integrá-los de forma aberta, equilibrada e inovadora. Acerca das TIC na educação, é correto afirmar que
- (A) o seu uso efetivo por professores e alunos em sala de aula é o fator que determina sua capacidade de transformar o ensino e a aprendizagem.
 - (B) um dos fatores transformadores e inovadores das práticas educacionais é a sua incorporação às atividades docentes.
 - (C) a sua utilização pelos professores e alunos nas salas de aula ocorre na maior parte das instituições de ensino.
 - (D) as expectativas de seu alcance para transformar o processo de ensino e aprendizagem e o seu uso efetivo são, praticamente, coincidentes.
 - (E) a sua utilização no processamento da informação de uma única forma, segundo o objetivo e o universo de quem aprende, favorece a construção do conhecimento de maneira significativa.
39. A Educação a Distância (EaD) no Brasil está prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e foi regulamentada por legislação própria que determina que ela se organize segundo metodologia, gestão e avaliação peculiares. Acerca da EaD, é correto afirmar que
- (A) os resultados obtidos nas mais variadas formas de avaliação a distância devem prevalecer sobre os resultados dos exames de avaliação presenciais.
 - (B) as atividades presenciais, como tutorias, avaliações, estágios, práticas profissionais e de laboratório e defesa de trabalhos, deverão ser previstas nos projetos pedagógicos ou de desenvolvimento da instituição de ensino e do curso.
 - (C) os diplomas e certificados de cursos e programas a distância, expedidos por instituições credenciadas, terão validade regional.
 - (D) a educação a distância poderá ser ofertada apenas na educação superior, abrangendo todos os cursos e programas, e na educação profissional.
 - (E) compete ao Ministério da Educação autorizar os cursos e o funcionamento de instituições de educação na modalidade a distância em todos os níveis e modalidades.
40. No processo ensino aprendizagem deve-se estabelecer uma diferença entre o que o aluno é capaz de fazer e de aprender sozinho e o que ele é capaz de fazer e aprender com a ajuda e a participação de outras pessoas, observando-as, imitando-as, seguindo suas instruções ou colaborando com elas. A distância entre esses dois pontos, que está situada entre o nível de desenvolvimento efetivo e o nível de desenvolvimento potencial, é o que Vygotsky chama de zona de
- (A) desenvolvimento potencial.
 - (B) desenvolvimento real.
 - (C) aprendizagem.
 - (D) desenvolvimento proximal.
 - (E) assimilação.
41. A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) apresenta as diretrizes para efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado. Compreende uma Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.
- Constituem o público usuário dessa política:
- (A) as crianças e os adolescentes.
 - (B) os idosos.
 - (C) as pessoas com deficiências graves.
 - (D) as crianças e os adolescentes órfãos.
 - (E) os cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos.
42. As reconfigurações dos espaços públicos, em termos dos direitos sociais assegurados pelo Estado de um lado e, de outro, dos constrangimentos provenientes da crise econômica e do mundo do trabalho, determinaram transformações fundamentais na esfera privada, ressignificando as formas de composição e o papel das famílias. Nessa direção, o Plano Nacional de Atendimento Social define a matricialidade sociofamiliar como a
- (A) a composição da família diferentemente daquela concebida pela sociedade como constituída por pessoas com laços consanguíneos.
 - (B) a centralidade da família como núcleo social fundamental para a efetividade de todas as ações e serviços da política de assistência social.
 - (C) a hierarquização de um grupo de pessoas ligadas por interesses socioafetivos em um espaço definido.
 - (D) os agrupamentos comunitários nos quais seus membros possuem mais ou menos os mesmos hábitos e interesses.
 - (E) a família constituída pelas suas três dimensões clássicas: sexualidade, procriação e convivência.

- 43.** Seguindo a perspectiva de que a assistência social é uma política pública que deve ser assumida pelo Poder Público, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) estabelece que as ações de assistência social das três esferas de governo devem ser realizadas de maneira articulada, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal. Entre as competências estabelecidas ao Município, encontra-se:
- (A) apoiar financeiramente o aprimoramento à gestão descentralizada dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social.
 - (B) realizar o monitoramento e a avaliação da política de assistência social no âmbito do Município.
 - (C) normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social.
 - (D) formular política para a qualificação sistemática e continuada de recursos humanos no campo da assistência social.
 - (E) executar os projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo a parceria com organizações da sociedade civil.
- 44.** O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) determina que a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana e assegura-lhes todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. Nesse sentido, institui os Conselhos como um dos mecanismos de um sistema participativo de formulação, controle e fiscalização das políticas públicas entre Estado e sociedade civil. Entre eles está o Conselho Tutelar, que é
- (A) um colegiado escolhido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) para um mandato de quatro anos, podendo ser reconduzido por mais um período.
 - (B) uma comissão paritária composta por seis membros, representantes da sociedade civil e do poder judiciário escolhidos pela população local para mandato de quatro anos, permitida recondução por novos processos de escolha.
 - (C) um órgão colegiado, autônomo, não jurisdicional, composto de membros escolhidos pela sociedade para fiscalizar e zelar pelo cumprimento dos direitos de crianças e adolescentes.
 - (D) um órgão ligado à Prefeitura Municipal, a quem compete requisitar diligências investigatórias e instaurar inquérito policial para apuração de ilícitos ou infrações às normas de proteção à infância e à juventude.
 - (E) uma unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais.
- 45.** A Constituição Federal de 1988 traz uma nova concepção para a Assistência Social brasileira. Incluída no âmbito da Seguridade Social e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), como política social pública, a assistência social inicia seu trânsito para um campo novo: o campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal. Entre as diretrizes traçadas para a Assistência Social encontra-se:
- (A) participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.
 - (B) centralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera municipal com a participação de outras entidades.
 - (C) primazia da responsabilidade da sociedade civil na condução da Política de Assistência Social em cada esfera de governo.
 - (D) centralidade nas pessoas em situação de risco para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos.
 - (E) gestão dos recursos financeiros pela Câmara Municipal local, a quem cabe definir as prioridades para a distribuição.
- 46.** Nas diretrizes da Norma Operacional Básica (NOB) do Sistema Único de Assistência Social, consta a garantia do acesso da população à política de assistência social sem discriminação de qualquer natureza (gênero, raça/etnia, credo, orientação sexual, classe social, ou outras), resguardados os critérios de elegibilidade dos diferentes programas, projetos, serviços e benefícios. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) efetiva os direitos dos cidadãos de duas maneiras, a saber:
- (A) pelo estabelecimento de uma hierarquia das necessidades das famílias e pelo acesso aos benefícios eventuais, que atendem suas necessidades materiais temporárias.
 - (B) pelo atendimento das necessidades de proteção de assistência social, que é um fator excludente e pelos programas de transferência de renda condicionada.
 - (C) por meio de legislação específica e pela constituição de um fundo formado pelas contribuições dos usuários.
 - (D) pelos resultados alcançados nos serviços, programas e projetos e pelo acesso à renda, que se faz por meio da garantia do direito constitucional ao Benefício de Prestação Continuada.
 - (E) pelo Programa Bolsa Família e pelas informações constantes no prontuário de atendimento previsto na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

47. O Estatuto do Idoso estabelece que ele goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata o Estatuto, assegurando-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade. Para tanto, o Estatuto define que idoso é pessoa
- (A) com idade igual ou superior a 60 anos.
 - (B) com 80 anos ou mais.
 - (C) que se encontra aposentada.
 - (D) com idade igual ou superior a 65 anos.
 - (E) que tem dificuldade de locomoção e/ou memória falha.
48. A legislação de proteção à criança e ao adolescente tem a preocupação de definir e caracterizar todos os agentes que possam proteger a criança e o adolescente em seus direitos. Assim, caracteriza a família como sendo “aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade”. Trata-se, nesse caso, da família
- (A) natural.
 - (B) tutelar.
 - (C) adotiva.
 - (D) substituta.
 - (E) extensa.
49. É inegável que podem existir práticas educativas na família, no trabalho, na mídia, no lazer e nas demais formas de convívio social; no entanto, a prática escolar distingue-se das demais, por constituir-se em uma ação intencional, sistemática, planejada e continuada para o indivíduo durante um período contínuo e extenso de tempo. Nesse sentido, é correto afirmar que a função social da escola consiste em
- (A) passar informações aos seus alunos de modo que eles possam conviver em harmonia com os seus semelhantes na sociedade.
 - (B) preparar o indivíduo para o mercado de trabalho de tal forma que ele se torne um profissional de sucesso.
 - (C) contribuir para que os alunos se apropriem dos conteúdos de maneira crítica e construtiva.
 - (D) servir, indistintamente, a todas as classes sociais, por constituir-se em uma instituição suprassocial.
 - (E) formar talentos que sejam capazes de contribuir para o desenvolvimento da sociedade e para a produção de riquezas ao país.
50. Segundo os sociólogos, na perspectiva das classes dominantes, historicamente, a educação dos diferentes grupos sociais de trabalhadores deve dar-se a fim de habilitá-los técnica, social e ideologicamente para o trabalho. Trata-se de subordinar a função social da educação de forma controlada para responder às demandas do capital. Assim sendo, é correto afirmar que
- (A) as teorias práticas educacionais desenvolvem-se, predominantemente, independentes dos paradigmas dominantes num dado momento histórico.
 - (B) a ciência moderna está fundamentada na ideia de que ela é o único modelo de conhecimento, produzido a partir da educação.
 - (C) o fenômeno educativo deve ser entendido de maneira fragmentada, como uma abstração válida para qualquer tempo e lugar.
 - (D) a educação funciona, essencialmente, como elemento reprodutor das condições científicas, políticas, econômicas e culturais de determinada sociedade.
 - (E) a educação deve ser a mesma em todos os tempos e lugares e se acha vinculada ao projeto de homem e de sociedade.
51. Um palestrante, ao iniciar sua fala, projeta na tela um conceito inicial relacionado ao tema que irá desenvolver ao longo de sua exposição: “São números, são dados concretos, mas podem mostrar-se falsos, se a informação que alimentou os resultados também foi falsa, errada ou irreal; mostram resultados, bons e maus.” Este conceito projetado pelo palestrante está se referindo
- (A) ao planejamento.
 - (B) a indicadores.
 - (C) a estratégia.
 - (D) a avaliação de resultados.
 - (E) a planejamento estratégico.
52. Um dos marcos na política de educação dos profissionais da saúde foi, sem dúvida, a criação da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Na implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, pela Secretaria, são apontados grandes desafios diante das novas exigências da área da saúde, entre as quais se encontra
- (A) melhor qualificação dos profissionais da área da saúde.
 - (B) ampliação da rede hospitalar.
 - (C) melhoria dos salários dos profissionais da área da saúde.
 - (D) estímulo à maior utilização das novas tecnologias para o ensino na saúde.
 - (E) formação de gestores do trabalho e educação na saúde.

53. “Consiste na produção e sistematização de conhecimentos relativos à formação e ao desenvolvimento para a atuação em saúde, envolvendo práticas de ensino, diretrizes didáticas e orientação curricular”. De acordo com a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, este trecho define a
- (A) educação na saúde.
 - (B) educação em saúde.
 - (C) educação para saúde.
 - (D) formação em educação e saúde.
 - (E) especialização em saúde.
54. Andragogia surge como contradição ao modelo pedagógico, centrando-se numa etapa de vida em que os interesses e as motivações são diferentes, passando da aquisição fundamental de conhecimentos com base em conteúdos disciplinares para o desenvolvimento de competências, através da resolução de problemas e com o recurso das experiências de vida.
- Em relação à Andragogia, é correto afirmar que
- (A) os educandos apenas sabem que devem aprender aquilo que o professor lhes ensina.
 - (B) o professor vê no aluno um ser dependente, que marca também a autoimagem daquele que aprende.
 - (C) a disposição para aprender aquilo que o professor ensina tem como fundamento critérios e objetivos internos à lógica escolar.
 - (D) a motivação para aprendizagem é extrínseca ao sujeito que decorre de pressões familiares, apreciações dos professores, classificações escolares.
 - (E) a aprendizagem é encarada como resolução de problemas e tarefas da vida cotidiana.
55. Na perspectiva atual, a educação e a formação humana são dois conceitos que estão sendo articulados e focalizam uma prática educativa mais ampla, voltada para os valores éticos e a postura de humanização. Nesse sentido, hoje, a educação não é vista apenas na concepção formal do termo, concebe-se a educação como
- (A) um espaço único institucionalizado do saber.
 - (B) o saber produzido essencialmente na instituição escola.
 - (C) uma instância mais ampla de construção do conhecimento.
 - (D) a responsável pela produção de um conhecimento neutro, sinônimo de verdade.
 - (E) a produtora da formação humana desvinculada de uma prática social.
56. O conjunto de atributos que se refere ao atendimento das necessidades dos clientes e ao padrão de produtos e serviços disponibilizados por uma instituição refere-se ao conceito de
- (A) mais-valia.
 - (B) qualidade.
 - (C) serviços prestados.
 - (D) competência.
 - (E) estado ideal.
57. O SUS tem assumido um papel ativo na reorientação das estratégias e modos de cuidar, tratar e acompanhar a saúde individual e coletiva e tem sido capaz de provocar importantes repercussões nas estratégias e modos de ensinar e aprender. Assim, segundo o documento *Políticas de Formação e Desenvolvimento para o SUS: Caminhos para a educação permanente em saúde*, para a gestão da educação permanente na saúde, foram criadas as instâncias de articulação entre instituições formadoras, gestores do SUS, serviços, instâncias do controle social e representações estudantis, a funcionar como
- (A) comitês de gestão.
 - (B) departamentos de gestão da saúde.
 - (C) conselhos de saúde pública.
 - (D) rodas de cogestão.
 - (E) grupos de educação na saúde.
58. A Portaria nº 198/GM, de 13 de fevereiro de 2004, que instituiu a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde como estratégia do Sistema Único de Saúde para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores para o setor, em seu artigo 1º, criou um Colegiado de Gestão configurado como Polo de Educação Permanente em Saúde para o SUS, ao qual compete a
- (A) condução locorregional da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde.
 - (B) autorização de instituições de ensino para a formação de profissionais na área de saúde.
 - (C) contratação de profissionais para atuar no SUS.
 - (D) gestão financeira e de materiais para o SUS.
 - (E) definição de locais para a implantação de unidades de atendimento do SUS.

- 59.** Considera-se que a aprendizagem organizacional é gerada a partir da ação estratégica e da interação entre os componentes da organização, existindo uma relação de dependência entre cultura e aprendizagem organizacional. Não há mais a figura de um único e onisciente líder, mas a formação de equipes coesas que aprendem em conjunto e tornam-se bem-sucedidas em seus objetivos e metas. A identificação do indivíduo como sujeito do processo de aprendizagem, desse modo, é base para a formação e o compartilhamento de dois tipos de conhecimentos no ambiente organizacional, quais sejam,
- (A) o cognitivo e o afetivo.
 - (B) o sistêmico e o mental.
 - (C) o explícito e o tácito.
 - (D) o oculto e o real.
 - (E) o estratégico e o técnico.
- 60.** “O conjunto de valores e normas de comportamento e de relacionamento adotados no ambiente de trabalho, no exercício de qualquer atividade, saber construir relações de qualidade com colegas, chefes e subordinados, contribuir para bom funcionamento das rotinas de trabalho e para a formação de uma imagem positiva da instituição perante os públicos de interesse” refere-se à
- (A) moral profissional.
 - (B) competência na empresa.
 - (C) fidedignidade.
 - (D) autenticidade.
 - (E) ética profissional.

